



IV SINGEP

Simposio Internacional de Gestao de Projetos, Inovacao e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

MOBILIDADE URBANA E DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE: UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE

ELIACY CAVALCANTI LÉLIS

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

eliacylelis@gmail.com



MOBILIDADE URBANA E DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE: UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Resumo

A acessibilidade é discutida como um dos temas da mobilidade urbana, ao considerar o respeito à cidadania e o direito de ir e vir para todos. No turismo, a acessibilidade é essencial na infraestrutura dos serviços oferecidos. A atividade turística pode contribuir significativamente em uma cadeia de negócios, atuando com parceiros na gestão ambiental, gestão de eventos, a gestão hoteleira e a gastronomia. O objetivo desta pesquisa é fornecer um instrumento de análise da acessibilidade sob a ótica do turismo para a realização de diagnóstico com base nas normas vigentes. Na metodologia foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental para a construção de um instrumento de pesquisa. Para validação desse instrumento, ele foi aplicado para o diagnóstico de acessibilidade em um ponto turístico de grande fluxo na cidade de São Paulo. Os resultados mostraram um instrumento de pesquisa elaborado para facilitar o diagnóstico sobre acessibilidade nos pontos e eventos turísticos, considerando as normas técnicas vigentes que contribuem para a adequada mobilidade urbana das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A pesquisa de campo revelou que o Mercado Municipal de São Paulo atende parcialmente às normas. Há problemas nos banheiros, caixa eletrônico e no estacionamento.

Palavras-chave: mobilidade urbana; acessibilidade; normas técnicas.

Abstract

Accessibility is discussed as one of the themes of urban mobility, to consider respect for citizenship and the right to come and go for all in tourism, accessibility is essential in the infrastructure of the services offered. Tourist activity can contribute significantly in a business chain, working with partners in environmental management, event management, hotel management and gastronomy. The purpose of this research is to provide an analytical tool for accessibility from the perspective of tourism for performing diagnosis based on existing rules. In the methodology we used the deductive method, with bibliographical and documentary research to build a research tool for validation of this instrument, it was applied to the diagnosis of accessibility in a tourist spot of great flux in São Paulo. Results showed a survey instrument designed to facilitate the diagnosis of accessibility in points and tourist events, considering the current technical standards that contribute to proper urban mobility of persons with disabilities or reduced mobility. The field research revealed that the Municipal Market of São Paulo partially meets the standards. There are problems in bathrooms, ATMs and parking.

Keywords: urban mobility; accessibility; technical standards.



1. Introdução

O turismo está atrelado à gestão de diversos recursos com ampla possibilidade de lucratividade (ANDRADE, 1995), por isso pode causar impactos sociais, ambientais e econômicos.

O turismo tem grande importância na economia brasileira (Figura 1), contribuindo com a geração de empregos e amplo crescimento do setor nos últimos anos. Segundo o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, o setor cresceu 18,5% somente entre 2007 – 2011, com a geração de quase 3 milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012. O setor representa 3,7% do PIB – Produto Interno Bruto Brasileiro (COMITÊ GESTOR DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO, 2012).

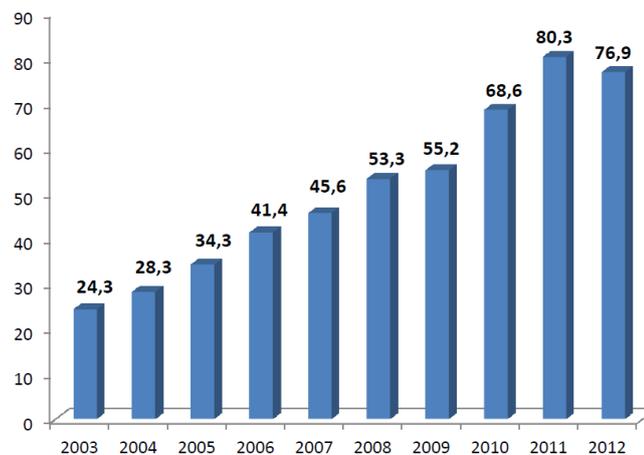


FIGURA 1 - Participação do turismo na economia brasileira. Fonte: World Travel&TourismCouncil – WTTC *apud* Comitê Gestor do Conselho Nacional de Turismo (2012).

A atividade turística pode contribuir significativamente em uma cadeia de negócios, atuando com parceiros na gestão ambiental, gestão de eventos, a gestão hoteleira e a gastronomia.

O Ministério do Turismo (2006) alerta para a estruturação desta atividade com infraestrutura que permita a acessibilidade para todos. Nesse aspecto, o setor precisa investir nas condições adequadas para as pessoas com deficiência.

O IBGE (2010) registrou mais de 45 milhões de pessoas com deficiência que precisam de condições para a mobilidade urbana (IBGE, 2010). As pesquisas na área de turismo devem investigar as atuais condições dos pontos e eventos turísticos a fim de projetar a igualdade social, com garantia de acessibilidade para todos, entendendo a diversidade como regra, e não como exceção (MINISTERIO DO TURISMO, 2006). Por isso esta pesquisa é importante, porque ela poderá fornecer recursos para um diagnóstico da atual condição de acessibilidade para receber seus visitantes, turistas brasileiros e estrangeiros, que trazem renda para o nosso País.

O objetivo desta pesquisa é fornecer um instrumento de análise da acessibilidade sob a ótica do turismo para a realização de diagnóstico com base na normas vigentes.

2. Metodologia da Pesquisa

Na metodologia foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental para a construção de um instrumento de pesquisa. Para validação desse instrumento, ele foi aplicado para o diagnóstico de acessibilidade em um ponto turístico de grande fluxo na cidade de São Paulo.



O método dedutivo é a argumentação que aponta verdades particulares em verdades universais. Para os autores, a técnica de argumentação consiste em construir estruturas lógicas, que leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido com uma margem de erro pequena (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007).

Na pesquisa documental foram consideradas as legislações sobre acessibilidade e segurança em locais públicos de grande movimentação, seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo (2006) e do Ministério do Trabalho (2014), em relação às Normas Regulamentadoras (NR) de segurança e as normas da ABNT NBR 9050 (ABNT, 2004); 13994 (ABNT, 2000); 14022 (ABNT, 1997); 15250 (ABNT, 2005) e NR 23 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2011).

A pesquisa de campo está limitada a um estudo de caso no Mercado Municipal de São Paulo, conhecido como “Mercadão”. A pesquisa foi estruturada em quatro fases: 1) Seleção e leitura do material técnico sobre acessibilidade, turismo e mobilidade; 2) Montagem do instrumento de pesquisa; 3) Estudo da acessibilidade na área interna e externa do Mercado Municipal de São Paulo para aplicação do instrumento de pesquisa e 4) Análise dos resultados em relação às normas e legislação brasileira vigente.

3. Turismo e Acessibilidade

A acessibilidade é um assunto que precisa de mais divulgação e conscientização da população, levando em consideração que a acessibilidade pode gerar resultados sociais positivos, além de contribuir para o desenvolvimento da inclusão. Esta é uma questão cultural e comportamental que vem essencialmente da educação e do investimento em recursos.

As ações do governo e as políticas públicas são importantes para mudar a forma de pensar, criando algo novo, agindo e construindo recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania. Para que sejam prestados serviços adequados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é necessária infraestrutura para isso, além de profissionais capacitados para conseguir oferecer bons serviços aos usuários.

Segundo o Ministério do Turismo (2006), é necessário o planejamento de ações para a qualificação profissional no atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com isso, será possível incluir na carteira de clientes uma demanda maior de consumidores. Outra preocupação é a adaptação das instalações e a aquisição de equipamentos para estruturar o local para esta inclusão social.

O turismo vem crescendo e com isso trazendo a necessidade de se adaptar a todos os seus tipos de consumidores, o que inclui pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que também possuem o desejo de viajar, conhecer novas culturas e explorar novos lugares, independentemente de sua condição de mobilidade. O Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com deficiência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (COMITÊ GESTOR DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO, 2012). É necessário promover à estas o direito de praticar a atividade turística, o direito de ter lazer, assim como toda e qualquer pessoa.

É necessário oferecer um turismo sem barreiras, com infraestrutura e instalações necessárias, transporte adequado para todos os usuários e serviços oferecidos por pessoas treinadas, além de sistemas, sites e serviços acessíveis. Um turismo para todos com qualidade, assegurando a igualdade e a possibilidade de que todos possam praticar turismo.

É importante que não haja discriminação na forma pela qual os produtos turísticos são adaptados para receber as pessoas com deficiência. (KIEFER; CARVALHO, 2013.)



A acessibilidade dentro do turismo exerce um importante papel, tanto para promover a atividade turística que se destaca por aumentar seu público, como promovendo a pessoa com deficiência o direito ao lazer, ao conhecimento e cultura.

O Brasil tem normas técnicas que definem diretrizes e orientações sobre a acessibilidade. A **NBR13994** (ABNT, 2000) tem o como objetivo estabelecer critérios para a criação do projeto, fabricação e instalação de elevadores de passageiros, para que possam transportar pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida de forma segura. A **NBR15250** (ABNT, 2005) visa no projeto, instalação e localização de equipamentos com o objetivo de prestar serviços de autoatendimento bancário, de forma que qualquer pessoa tenha acesso. A **NBR9050** (ABNT, 2004) é estabelecida de acordo com critérios para a criação de espaços urbanos em geral adaptados às condições de acessibilidade. Essas normas são importantes pelo fato de determinarem a infraestrutura básica e necessária para atender as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4. Mobilidade e Fluxo no Turismo Cultural e Gastronômico

No ambiente urbano, o foco na mobilidade também tem sua conceituação e legislação definidas. Segundo o Instituto Pólis e o Ministério das Cidades (2005), mobilidade urbana refere-se à facilidade de pessoas e bens se deslocarem no espaço urbano através de veículos, vias e toda a infraestrutura, tais como calçadas. Então mobilidade não é transporte urbano, é um conjunto de serviços e meios de deslocamentos de pessoas e bens: Por isso, a disponibilidade de meios e infraestrutura adequados para os deslocamentos de pessoas e bens numa área da cidade pode ajudar a desenvolver tal área e o inverso também é válido, ou seja, uma área que se desenvolve pode necessitar de meios e infraestrutura adequados para os deslocamentos das pessoas e bens naquele local. A mobilidade urbana é importante para a economia e o desenvolvimento de localidades. É indispensável para o deslocamento diário de pessoas, logo, precisa ser satisfatória.

O tema mobilidade urbana tem chamado a atenção do setor público e privado devido ao caos do trânsito de cargas e pessoas nas grandes e médias cidades brasileiras. A crise de mobilidade urbana vivenciada atualmente no Brasil deve-se ao baixíssimo nível de investimentos públicos no setor de transportes urbanos frente às taxas de crescimento da população urbana brasileira, passou de 80 milhões em 1980 para 153 milhões de habitantes em 2008 e em 2010 passou para 190 milhões, onde 160 milhões estão nas áreas urbanas (VACCARI;FANINI, 2011; IBGE, 2010).

A Lei número 12.587, de 3 de janeiro de 2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Segundo BRASIL (2012) a Lei tem como objetivo integrar os diferentes tipos de transporte e melhorar a mobilidade e acessibilidade de pessoas. A Lei especifica os tipos de transportes, a infraestrutura necessária, além dos objetivos gerais da Política Nacional de Mobilidade Urbana. A existência de uma lei relacionada a mobilidade urbana é de grande importância, visando que esta defende a acessibilidade para todos, deixando claro o que se faz necessário para que se obtenha uma boa infraestrutura de mobilidade.

Na ótica do turismo, o fluxo turístico como aspecto gerencial chave que deve permitir a mobilidade e um adequado fluxo turístico, principalmente em áreas de grande movimentação de pessoas, pois lida com a infraestrutura que deve receber a demanda de turistas, seja doméstico ou estrangeiro, possibilitando o acesso de todos, com o devido investimento em acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Há uma relação entre cultura e turismo, no momento em que as atividades turísticas consideram as manifestações culturais, da arte e dos artefatos da cultura. Existe uma



reciprocidade, pois a cultura pode utilizar o desenvolvimento do turismo para se expressar (BATISTA, 2005, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). No turismo cultural, o turismo gastronômico tem se destacado, especialmente com a ampla divulgação na mídia dos espaços *gourmet* (XAVIER, 2014).

Segundo Furtado (2004), é necessário perceber e entender as características gastronômicas diferentes de cada região, o porquê de cada região ou grupos localizados próximos possuírem características diferentes. Entender a satisfação alimentar do ser humano como necessidade e depois evoluindo para as diferenças atuais, com o prazer e a experiência ao comer, proposto pela gastronomia, tornando-se até mesmo uma maneira de escapar do *stress* da vida urbana.

A alimentação evoluiu, e afirmar isso não significa dizer que em outra época ela foi “pobre”, mas que deixou de ser apenas para sobrevivência, se tornou única de acordo com cada povo, construindo assim uma alimentação que faça parte de seus costumes, história, que marque o crescimento de cada povo, suas lutas e meios de sobrevivência. A gastronomia tem direta interface com o turismo, aliada à cultura de uma região, é um dos principais motivos para motivar a decisão de viajar. O indivíduo é curioso e precisa de novas experiências e as encontra quando escolhe conhecer mais sobre a alimentação de um povo que possui costumes diferentes dos seus.

Por isso, o turismo gastronômico tem recebido um expressivo aumento na demanda, principalmente no Mercado Municipal de São Paulo, que é referência nacional e internacional no turismo gastronômico, em um prédio de 12.600 metros quadrados de área construída, com mais de 290 boxes (MERCADÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2014). O mercado municipal de São Paulo completou 81 anos, pois foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 1933 pelo escritório do renomado arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (BRAUN, 2014).

5. Pesquisa de Campo

Foram realizadas visitas ao Mercado Municipal de São Paulo no período de dezembro de 2014 à janeiro de 2015, para a observação e registro das imagens. Algumas evidências foram destacadas na visita ao local em estudo, conforme descrito a seguir.

Na circulação externa, há um pátio pavimentado com calçada rebaixada em vários pontos para a entrada ao Mercado, mas a visualização do desnível não é muito clara pois não há um contraste de cores na sinalização da calçada, revelando uma situação antiga, já detectada por Rios (2011).

As vagas reservadas no estacionamento tem 90° com espaço para circulação na lateral e rebaixamento da calçada, ao redor de todo o prédio mas a sinalização no pavimento do estacionamento precisa ser reforçada, pois está desgastada e com as faixas brancas, e mas segundo a NBR 9050 (ABNT, 2004) e Rios (2011), deveriam ser amarelas.



FIGURA 2 – Sinalização no estacionamento do Mercado. Fonte: Autores da pesquisa (2015).



A central de informação turística fica localizada no corredor principal do Mercado, na direção do portão de entrada que fica em frente à região da famosa rua Santa Ifigênia, conhecida pelo turismo de compras. O balcão da central é baixo, permitindo a aproximação lateral de pessoas com cadeira de rodas. Entretanto, nesta central de informação não há nenhum material impresso ou digital de apoio informativo sobre acessibilidade.

Para uma visão macroambiental do Mercado, há um *banner* da planta baixa com todas as ruas e um totem com painel eletrônico, ao lado dos caixas eletrônicos de auto-atendimento e próximo do portão 12. Esta informação facilita a mobilidade nos endereços dos corredores internos. Há uma adequada sinalização nas áreas internas para o fluxo turístico, inclusive para turistas estrangeiros, pois algumas placas tem a informação em português, inglês e espanhol, como mostra a figura 3.

As larguras das portas dos banheiros atendem à norma NBR 9050, pois medem mais que 0,90 cm, com elevador para acesso aos banheiros do primeiro subsolo e do primeiro andar, com rampa de acesso para os banheiros do primeiro andar. Entretanto, os banheiros atendem parcialmente à norma, principalmente porque o banheiro do subsolo tem a porta fechada com um cadeado, com um aviso conforme mostra a figura 3.

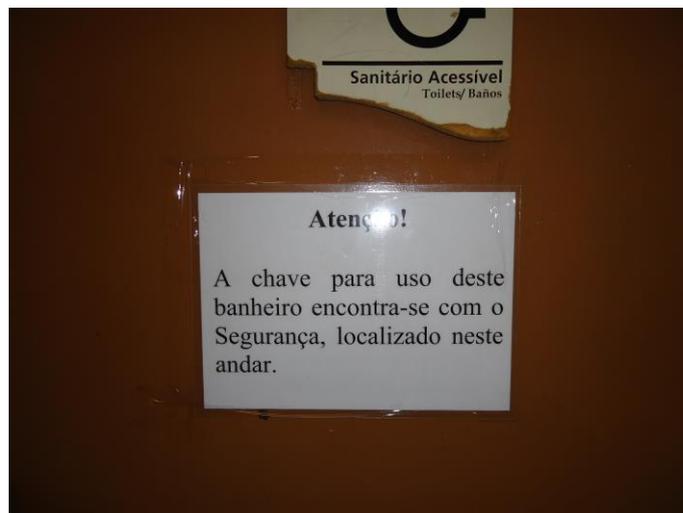


FIGURA 3 – Porta do banheiro do primeiro subsolo. Fonte: Autores da pesquisa (2015).

A circulação nos corredores internos é dividida por vias principais e laterais, com a sinalização de ruas e tem extintores em alguns pontos (figura 4). O corredor principal do Mercado Municipal é largo e possibilita a locomoção de cadeirante tanto nas vias principais, quanto vias laterais, com guias rebaixadas, mas não tem piso tátil para deficientes visuais ou baixa visibilidade.



FIGURA 4 – Corredores internos do Mercado. Fonte: Autores da pesquisa (2015).



O quadro 1 apresenta o instrumento de pesquisa elaborado para a realização do diagnóstico com base nas normas técnicas consideradas na metodologia de pesquisa.

QUADRO 1 – Diagnóstico sobre acessibilidade no Mercado

ASPECTO	SITUAÇÃO
ESTACIONAMENTO	
As vagas do estacionamento possuem sinalização horizontal?	Parcialmente
Possuem um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres?	Sim
As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos?	Não
Os rebaixamentos das calçadas são sinalizados? Estão apagados	Parcialmente
A quantidade de vagas corresponde ao indicado na norma? *	Sim
CIRCULAÇÃO EXTERNA AO REDOR DO MERCADÃO	
A área do estacionamento ao redor do Mercado tem pavimentação com revestimento e acabamento com superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição (seco ou molhado), e que minimize a trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas)?	Parcialmente
BANHEIRO	
A largura da porta é superior a 0,90 m para entrada?	Sim
A área de circulação interna do banheiro tem 1,2 x 1,2 m para condições da manobra?	Sim
Tem suportes laterais para apoio?	Sim
A superfície da pia e balcão tem altura entre 0,75 e 0,85 m?	Sim
Os corrimões e barras de apoio são afastados no mínimo 40 mm da parede?	Sim
As maçanetas são do tipo alavanca e possuem pelo menos 10 cm de comprimento e acabamento recurvado na extremidade?	Não
Os sanitários se encontram em rotas acessíveis e devidamente sinalizados? O banheiro do subsolo é fechado com cadeado.	Parcialmente
CIRCULAÇÃO NO CORREDOR	
Os corredores possuem largura de no mínimo 0,90 m?	Sim
RESTAURANTES	
Os restaurantes, refeitórios e bares possuem pelo menos 5% do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis a P.C.R - Pessoas em Cadeira de Rodas?	Não
A largura do corredor para chegar até a mesa tem no mínimo 0,90 m?	Sim
Caso exista cardápio, pelo menos um é em Braille?	Não
SINALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Onde há semáforo ou focos de acionamento manual para travessia de pedestres, o dispositivo de acionamento situa-se à altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso?	Não
Os semáforos são equipados com mecanismos que emitem sons sonoros para alertar as pessoas com deficiência visual?	Não
BALCÃO DE INFORMAÇÃO	
As mesas de atendimento acessíveis são facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível?	Sim
A mesa tem altura de tampo entre 0,75 a 0,85 m do piso acabado e largura mínima de 0,90m?	Sim
O balcão tem altura livre inferior do tampo de 0,73 m, possibilitando o P.C.R. avançar sob a mesa até no máximo 0,50m?	Sim
O tampo da mesa acessível apresenta material de contraste visual com a frente desse mobiliário, para que o deficiente com visão parcial possa identificar melhor a área de atendimento?	Não
BEBEDOURO	
Permite a aproximação lateral de uma P.C.R. e seus controles de acionamento estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?	Não
Estão localizados em rotas acessíveis?	Não
Caso haja copos descartáveis, o local para retirada deles deve estar à altura de no máximo 1,20 m do piso?	Não
ACESSO AOS ELEVADORES	
Há uma especificação precisa, clara e apropriada para os elevadores, contendo símbolos,	Sim



ASPECTO	SITUAÇÃO
alertas sonoros e pictogramas grandes?	
Os elevadores estão localizados em lugares acessíveis ao portador de deficiência?	Sim
A largura livre mínima é de 800 mm e a altura livre mínima é de 2 000 mm?	Sim
A área defronte da entrada do elevador está livre de obstáculos?	Sim
A distância entre os painéis laterais possui no mínimo 1 725 mm, para garantir o giro completo da cadeira de rodas?	Sim
ESCADA ROLANTE	
Na escada rolante tem sinalização visual com instruções de uso?	Sim
CAIXA ELETRÔNICO	
A sinalização tátil das teclas é em alto-relevo, com altura mínima de 0,5 mm em relação à superfície da tecla?	Não
Os equipamentos possuem dispositivo sonoro capaz de reproduzir, de forma falada, todas as informações necessárias para os usuários interagirem de forma audível e autônoma, em qualquer etapa da transação?	Não
PREVENÇÃO À INCÊNDIO	
Tem extintor com altura suficiente para o cadeirante puxar a alavanca?	Parcialmente
Há sinalização indicando o fluxo de saída de emergência?	Não

Fonte: Autora da pesquisa (2015)

6. Propostas de Melhoria

Para a circulação de pessoas com deficiência visual, o piso dos corredores pode um piso tátil, com cores contrastantes e em alto relevo, que serve de guia para a movimentação conforme indicado na Figura 5 e 6.



FIGURA 5 – Guias no piso para a circulação de pessoas com deficiência visual próximo à prateleiras

Fonte: Autora, 2014

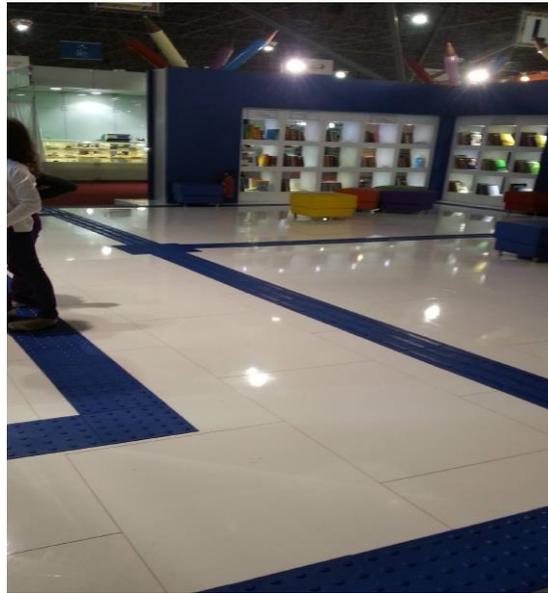


FIGURA 6 – Guias no piso para a circulação de pessoas com deficiência visual no corredor
Fonte: Autora, 2014

A Figura 7 mostra a guia para entrada e saída, bem como o acesso ao balcão em uma agência bancária. Esse recurso também mostra o balcão adaptado para cadeirante, com uma área rebaixada, mas que não permite a aproximação frontal de um cadeirante, pois a área abaixo da mesa não está livre.



FIGURA 7 – Guias no piso para a circulação de pessoas com deficiência visual na entrada e no acesso ao balcão
Fonte: ACESSIBILIDADE, 2015

A Figura 8 mostra caixa de auto - atendimento bancário com o Símbolo Internacional de Acesso que permite a aproximação lateral de um cadeirante, atendendo a NBR15250, que indica que os teclados numéricos, de funções ou alfabéticos, bem como o leitor de cartões e o conector de fone de ouvido devem estar localizados a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m em relação ao piso de referência. Os demais dispositivos operáveis pelo usuário devem estar localizados a uma altura entre 0,40 m e 1,37 m em relação ao piso de referência.



FIGURA 8 – Acessibilidade na caixa de auto-atendimento bancário
Fonte: ACESSIBILIDADE, 2015

A Figura 9 mostra um exemplo de telefone que poderia estar no Mercadão próximo ao caixa de auto-atendimento. Este telefone transmite mensagens de texto (TTD).



FIGURA 9 – Central de atendimento para deficiente auditivo próximo ao caixa de auto-atendimento bancário
Fonte: ACESSIBILIDADE, 2015

Segundo Acessibilidade (2015), este telefone está devidamente sinalizado com o Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva (surdez) e o Símbolo Internacional de Informação (telefone com teclado), com claras instruções de uso. O TDD atende as especificações da NBR9050, porém não atende a todo o grupo de deficientes auditivos, como é o caso dos surdos oralizados, que utilizam recursos como: chat, email, mensagens por sms ou whatsapp.

Em relação aos banheiros, recomenda-se que a porta do banheiro do primeiro subsolo esteja sem cadeado, e que se há risco de depredação, sejam colocadas câmeras de vigilância ou um segurança no local. Recomenda-se ainda que o banheiro seja mantido limpo e vazio, sem servir como armazenagem de material de limpeza, livre para circulação, como mostra a Figura 10, o exemplo de banheiro público em uma feirinha gastronômica de São Paulo.



FIGURA 10 – Piso antiderrapante no banheiro limpo
Fonte: Autora, 2014

Para o estacionamento, seria educativo fornecer aos seguranças da área o bloquinho “Multa moral” (Figura 11). É uma campanha de conscientização “Essa vaga não é sua nem por um minuto”, para quem ocupa a vaga das pessoas com deficiência indevidamente. Esse bloquinho de multa moral é gratuito e pode ser obtido nestes endereços em São Paulo:

- AACD (unidade Mooca)
Rua Taquari 549, Mooca (falar com o Sr. Armindo ou Fernanda, na recepção)
Telefone: (11) 6096-4600
- Acreditando – Recuperação Neuromotora, Saúde e Bem Estar
Alameda dos Guatás 494, Saúde
Telefone: (11) 3774-9449
- Residencial Santa Catarina
Rua Leôncio de Carvalho 98, Paraíso (a 50 m da Avenida Paulista)
Telefone: (11) 3177-2900
- Therapies 4 Kids – Clínica de reabilitação neurológica infantil
Avenida Nova Cantareira 4775, Tremembé
Telefone: (11) 2369-3222



FIGURA 11 – Multa moral
Fonte: ACESSIBILIDADE, 2015



O intuito da “multa moral” é simplesmente conscientizar os motoristas infratores e envolver a sociedade na fiscalização das vagas reservadas e de outras estruturas acessíveis, chamando a atenção de todos para a importância da acessibilidade na inclusão social. A proposta não é criar atritos, mas informar.

O que dá direito ao uso das vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é o cartão de estacionamento emitido pela agência municipal de trânsito.

7. Considerações Finais

Os resultados mostraram um instrumento de pesquisa elaborado para facilitar o diagnóstico sobre acessibilidade nos pontos e eventos turísticos, considerando as normas técnicas vigentes que contribuem para a adequada mobilidade urbana das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A pesquisa de campo revelou que o Mercado Municipal de São Paulo atende parcialmente às normas vigentes sobre acessibilidade na circulação externa no pátio ao redor do prédio principal; no estacionamento e nos pontos de ônibus e táxi ao redor do Mercado.

Na área interna, os corredores principais e secundários têm a largura, sinalização e a pavimentação necessária para a circulação de pessoas em cadeira de rodas, mas não tem nenhum tipo de recurso para a movimentação de pessoas com outros tipos de deficiência e mobilidade reduzida. A acessibilidade nos banheiros e no estacionamento tem alguns problemas e não há acessibilidade nos caixas eletrônicos dos bancos. O site do Mercado não tem nenhuma informação de apoio sobre acessibilidade.

Conclui-se que a circulação externa e interna no Mercado Municipal de São Paulo tem um significativo investimento em acessibilidade, mas precisa de melhorias. Um próximo artigo irá discutir as propostas de melhoria.

Este estudo tem seus resultados limitados a este caso, e não podem ser feitas generalizações a respeito destas afirmações. O tema abre a discussão para estudos futuros sobre as propostas de melhoria da acessibilidade no Mercado. O instrumento elaborado nesta pesquisa pode servir de referência para o diagnóstico sobre acessibilidade em outros ambientes. O Mercado Municipal de São Paulo é um local rico em informações para novas pesquisas em relação a outros aspectos referente ao turismo cultural e gastronômico.

Referências

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050*: acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. RJ: ABNT, 2004.
- _____. *NBR 13994*: elevadores de passageiros – elevadores para transporte de pessoa com deficiência. RJ: ABNT, 2000.
- _____. *NBR 15250*: acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário. RJ: ABNT, 2005.
- ACESSIBILIDADE na prática*. Disponível em <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/avaliacoes-e-visitantes/acessibilidade-no-auto-atendimento-do-banco-santander/>. Acesso em 7 de fevereiro de 2015.
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo, Ática, 1995.
- BATISTA, Cláudio Magalhães. *Memória e identidade*: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 5, n. 3, 2005.
- BRASIL. LEI nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12587-3-janeiro-2012-612248-norma-pl.html>>. Acesso em 21, dezembro. 2014.
- BRAUN, Sophia. *80 anos de mercado*. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/mercado-municipal-sp>>. Acesso em 02, fevereiro. 2014.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da *Metodologia científica*. 6ª. ed. SP: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COMITÊ GESTOR DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. *Plano nacional do turismo 2013-2016*: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo, 2012.
- FURTADO, F.L. A gastronomia como produto turístico. *Revista Turismo*, 2004.



- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>> Acesso em 5, julho. 2015.
- KIEFER, Sandra. CARVALHO, Maria. *Turismo acessível e inclusivo: uma realidade possível*, 2013.
- MERCADÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Institucional*. Disponível em <<http://www.oportaldomercadao.com.br/index.php?page=institucional>> . Acesso em 21, dezembro. 2014.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR 23: proteção contra incêndios. Publicada em 2011. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE5B554845302/nr_23_atualizada_2011.pdf> em Acesso em 03, fevereiro. 2014.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo e acessibilidade: manual de orientações*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- _____. *Turismo cultural*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html> Acesso em 10, fevereiro. 2015.
- RIOS, F. *Acessibilidade na prática: passeando pelo mercado municipal paulistano*. Publicado em 30 de junho de 2011. Disponível em <<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/avaliacoes-e-visitas/passeando-pelo-mercado-municipal-paulistano/>>. Acesso em 10, agosto. 2014.
- INSTITUTO PÓLIS; MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano*, 2005.
- VACCARI, Lorreine Santos. FANINI, Valter. Mobilidade urbana. *Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar*, 2011. Disponível em <file:///C:/Users/12110981/Downloads/mobilidade.pdf>. Acesso em 9, fevereiro. 2015.
- XAVIER, Maurício. De atacadão a espaço gourmet. *Revista Veja São Paulo*. São Paulo, ano 47, n.5, p.28,29 jan. 2014.